

Marcas da Memória

Um dos projetos mais importantes da Comissão de Anistia é o *Marcas da Memória*. Criado em 2008, seu objetivo principal é estimular práticas que dêem visibilidade ao processo de transição brasileiro, a luta pela anistia com foco especial na memória pela perspectivas dos perseguidos políticos.

A Comissão de Anistia entende que cabe ao Estado dar o máximo de visibilidade às vítimas e oportunizar a reconstrução da história pelo viés de quem teve a voz brutalmente calada no período de ditadura entre os anos de 1946 a 1988. Afinal, o Estado autoritário produziu inúmeras versões oficiais da história e é preciso que as vozes caladas no passado tenham vez e tenham oportunidade de incidir sobre a disputa sobre as leituras dos momentos históricos de violência, repressão e genocídio, como os vividos na América Latina. Não se trata apenas de registrar fatos e depoimentos, mas também o fomento às ações da sociedade civil que se preocupem com a preservação da memória e a difusão e reflexão cultural sobre a ditadura.

As ações do *Marcas da Memória* estão divididas do seguinte modo:

a) *Audiências Públicas*: atos para promover processos de escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente. Exemplos destas audiências foram as sessões temáticas ocorridas em 2008 e 2009 sobre as diferentes categorias profissionais demitidas arbitrariamente; as audiências públicas sobre os limites e possibilidades para a responsabilização dos torturadores do regime militar e, mais recentemente sobre o regime jurídico do anistiado político militar;

b) *História Oral*: entrevistas com perseguidos políticos, baseada em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral. O primeiro projeto em andamento realizou 108 entrevistas, gravadas, filmadas e transcritas de pessoas que vivenciaram histórias atreladas à resistência nos períodos de ditadura, indivíduos contemplados pela Lei n.º 10.559/2002. Em parceria com as Universidades Federais de Pernambuco (UFPE), Rio Grande do Sul (UFRGS), e Rio de Janeiro (UFRJ), o projeto teve o financiamento do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD). A mais nova etapa está sendo realizada em parceria com o Ministério da Cultura, a Cinemateca e o *Memórias Reveladas*. Todas as entrevistas ficarão disponíveis no *Memorial da Anistia Política* e no *Memórias Reveladas*, além das

Um memorial para a anistia política no Brasil

O Comitê de acompanhamento da sociedade civil para a implantação do Memorial de Anistia Política no Brasil reuniu-se em novembro, na sede do Ministério



FOTO: Kaen Mergall / MJ

da Justiça, em Brasília. Coordenada pelo presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão teve a presença de representantes de diversas entidades de direitos humanos. Entre eles Maurício Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e o professor Mauro Mendes Braga, representando a reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Na ocasião, foi apresentado o estágio de execução do projeto de construção do Memorial da Anistia Política do Brasil, que será construído na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. O projeto foi uma iniciativa do então ministro da Justiça Tarso Genro, em 2008, e visa preservar e difundir a memória política daqueles que foram perseguidos e assassinados durante a ditadura militar brasileira.

São parceiros da Comissão neste projeto a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a prefeitura de Belo Horizonte e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A UFMG cedeu o prédio do "coleginho" da antiga Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich). Conhecido como espaço da resistência dos estudantes mineiros à ditadura militar, ele será adaptado para abrigar uma

bibliotecas e centros de pesquisa das universidades participantes do projeto;

c) *Fomento a iniciativas da Sociedade Civil*: por meio de Chamadas Públicas, a Comissão selecionou projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindos de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos. No 1º Chamamento Público realizado este ano, as propostas selecionadas elaboraram produtos, como: livros, documentários, materiais didáticos e informativos, exposições artísticas, peças teatrais, palestras e musicais. Entre os produtos selecionados estão: "Caravanas da Democracia" - documentário sobre a atuação da Comissão de Anistia; Livro "Caravanas da Anistia - O Brasil pede perdão"; "Repare Bem" - documentário sobre os filhos dos perseguidos políticos; Documentário sobre 24 expressões políticas da Colônia Penal do Bom Pastor de Recife; "Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça" - exposição de painéis com fotos e textos sobre os 30 anos da Lei de Anistia; "Filha da Anistia" - peça teatral com 27 apresentações gratuitas em seis Estados; "Resistir é Preciso" - palestra musical sobre a luta pela anistia e democracia, oficinas de debates e criação de Centros Culturais de Direitos Humanos para a Paz; "Tempo de Resistência" - musical sobre marcos da ditadura; "Sala Escura da Tortura" - exposição da obra de quatro de artistas plásticos renomados internacionalmente, sobre protestos à violação de direitos humanos.

d) *Publicações*: publicar uma coleção de livros de memórias dos perseguidos políticos; dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil, além de reimprimir ou republicar outras obras e textos históricos e relevantes. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações serão distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades. O primeiro desses livros será o de elaboração do Grupo Amigos de 68, com 100 escritos de 100 perseguidos políticos.

exposição contínua. Um outro prédio será construído para abrigar o arquivo da Comissão de Anistia com os milhares de processos relativos aos julgamentos dos anistiados políticos.

No início deste ano foi constituído, no âmbito da Comissão de Anistia, o Comitê Curador da exposição permanente do Memorial composto por: Alípio Freire, Augusto Buonicore, Heloísa Starling e Valter Pomar. O comitê se reuniu pela primeira vez, no dia 5 de novembro, em Uberlândia (MG). Além dos curadores participaram do encontro o presidente da comissão, Paulo Abrão e os conselheiros Egmar de Oliveira, Edson Pistori e Roberta Baggio, além da vice-reitoria da UFMG, Rocksane Norton.

O Memorial será um espaço público dedicado à memória das vítimas da repressão, afinal a reparação é devida pelo Estado brasileiro que violou os direitos dessas pessoas deve transpor as barreiras culturais e sociais.

Gestada no governo Lula, a ação se insere no interior de um movimento internacional contra o esquecimento dos crimes cometidos contra a humanidade. Para que essas atrocidades não se repitam, ao exemplo do que foi feito na Alemanha pós-nazismo, na África do Sul pós-apartheid, e nos Estados Unidos após as leis dos direitos civis. Projetos deste porte também estão sendo desenvolvidos na Argentina e Chile - países que construíram memoriais dedicados a lembrar seus mortos e denunciar as violações cometidas pelas ditaduras militares.

Para o presidente da Comissão de Anistia, a anistia não pode significar o esquecimento dos crimes cometidos contra a humanidade: "Estes crimes devem ser lembrados para não serem repetidos jamais". Desde 2001, a Comissão recebeu cerca de 66 mil requerimentos de anistia. Destes, aproximadamente 56 mil casos já foram julgados. Cada um deles traz uma marca da história de resistência do povo brasileiro.



FOTO: Mior Vieira

EXPEDIENTE

Assessoria de Comunicação da Comissão de Anistia
Fernando da Silva - estagiário
Paula Nogueira (Mtb 8730) - textos, edição e produção gráfica
Assessoria de Comunicação do Ministério da Justiça

Críticas, elogios e sugestões podem ser enviadas para o e-mail:

acsanistia@mj.gov.br
www.mj.gov.br/anistia